

GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS



INSTITUTO ESTADUAL DE FLORESTAS

URFBio Centro Oeste - Núcleo de Apoio Regional Pará de Minas

Parecer Técnico IEF/NAR PARA DE MINAS nº. 15/2025

Belo Horizonte, 27 de fevereiro de 2025.

PARECER ÚNICO

1. IDENTIFICAÇÃO DO RESPONSÁVEL PELA INTERVENÇÃO AMBIENTAL

Nome: SEBASTIÃO MIAMOTO	CPF/CNPJ: 074.341.036-04
Endereço: RUA SÃO MIGUEL 207, APTO 602	Bairro: GRAÇAS
Município: ITAÚNA	UF: MG
CEP: 35.680-327	
Telefone: 37 98401 7897	E-mail: lucas@terraconsultoria.com

O responsável pela intervenção é o proprietário do imóvel?

(X) Sim, ir para o item 3 () Não, ir para o item 2

2. IDENTIFICAÇÃO DO PROPRIETÁRIO DO IMÓVEL

Nome:	CPF/CNPJ:
Endereço:	Bairro:
Município:	UF:
CEP:	
Telefone:	E-mail:

3. IDENTIFICAÇÃO DO IMÓVEL

Denominação: TABUÕES	Área Total (ha): 3,5061
Registro nº (se houver mais de um, citar todos): 55446 Livro: 2-JH Folha: 046 Comarca: ITAÚNA	Município/UF: ITAÚNA/MG
Recibo de Inscrição do Imóvel Rural no Cadastro Ambiental Rural (CAR): MG-3133808-089B.4A80.09B8.4066.81CE.B01C.2847.75F8	

4. INTERVENÇÃO AMBIENTAL REQUERIDA

Tipo de Intervenção	Quantidade	Unidade
Supressão de cobertura vegetal nativa, para uso alternativo do solo	0,2336	ha

5. INTERVENÇÃO AMBIENTAL PASSÍVEL DE APROVAÇÃO

Tipo de Intervenção	Quantidade	Unidade	Fuso	Coordenadas planas (usar UTM, data WGS84 ou Sirgas 2000)	
				X	Y
---	---	---	---	---	---

6. PLANO DE UTILIZAÇÃO PRETENDIDA

Uso a ser dado a área	Especificação	Área (ha)
Outros		0,2336

7. COBERTURA VEGETAL NATIVA DA (S) ÁREA (S) AUTORIZADA (S) PARA INTERVENÇÃO AMBIENTAL

Bioma/Transição entre Biomas	Fisionomia/Transição	Estágio Sucessional (quando couber)	Área (ha)
---	---	---	---

8. PRODUTO/SUBPRODUTO FLORESTAL/VEGETAL AUTORIZADO

Produto/Subproduto	Especificação	Quantidade	Unidade
--------------------	---------------	------------	---------

---	---	---	---
-----	-----	-----	-----

1. HISTÓRICO

- Em 28/11/2024 foi gerado o Processo nº 2100.01.0044926/2024-83 em nome de Sebastião Miamoto;
- Na data de 11/12/2024 o Processo nº 2100.01.0044926/2024-83 foi formalizado com a finalidade de supressão da cobertura vegetal nativa com destoca, no imóvel Tabuões, município de Itaúna/MG;
- A vistoria foi realizada em 25/02/2025 pelo Gestor Ambiental Vinicius Nascimento Conrado, MASP 1.132.723-6;
- O parecer técnico foi emitido em 27/02/2025.

2. OBJETIVO

É objeto deste parecer analisar a solicitação para supressão da cobertura vegetal nativa com destoca em uma área de 0,2336 ha, no imóvel Tabuões, município de Itaúna/MG, com o objetivo de construção de via de acesso e benfeitorias. O material lenhoso oriundo da intervenção será utilizado no próprio imóvel ou empreendimento e/ou comercializado "*in natura*".

3. CARACTERIZAÇÃO DO IMÓVEL/EMPREENHIMENTO

3.1 Imóvel rural:

O imóvel denominado Tabuões, localizado no município de Itaúna, possui área total de 3,5061 ha, correspondente a aproximadamente 0,17 módulos fiscais. Está registrado no Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Itaúna sob a matrícula 55.446.

O clima do município enquadra-se no tipo Tropical com nítida estação seca no inverno e estação chuvosa no verão. As chuvas ocorrem principalmente entre os meses de outubro e março, com a maior incidência no bimestre de dezembro e janeiro.

O imóvel está localizado dentro dos domínios do Bioma Mata Atlântica.

3.2 Cadastro Ambiental Rural:

Foi apresentado o recibo de inscrição do imóvel no CAR MG-3133808-089B.4A80.09B8.4066.81CE.B01C.2847.75F8, cadastrado em 13/12/2018.

Conforme cadastro do CAR, o imóvel é composto pela matrícula 55.446. Foi informada área total de 3,5061 ha, sendo: 0,0085 ha de área consolidada; 0,1069 ha de APP; 3,3886 ha de vegetação nativa remanescente; 0,0449 ha de área de servidão administrativa; e 0,5363 ha de área de Reserva Legal.

- Qual a situação da área de reserva legal:

- (X) A área está preservada:
 () A área está em recuperação:
 () A área deverá ser recuperada:

- Formalização da reserva legal:

- (X) Proposta no CAR
 () Averbada
 () Aprovada e não averbada

- Número do documento: MG-3133808-089B.4A80.09B8.4066.81CE.B01C.2847.75F8

- Qual a modalidade da área de reserva legal:

- (X) Dentro do próprio imóvel

() Compensada em outro imóvel rural de mesma titularidade

() Compensada em imóvel rural de outra titularidade

- Quantidade de fragmentos vegetacionais que compõe a área de reserva legal:

A reserva legal foi averbada em gleba única.

- Parecer sobre o CAR:

Verificou-se que as informações prestadas CAR correspondem totalmente com as constatações feitas durante a análise do processo e a vistoria técnica realizada ao imóvel. Contudo, orientamos a alteração da localização da Reserva Legal proposta no CAR. A reserva legal foi indicada em local em que a vegetação está em processo de regeneração em detrimento de local com vegetação preservada com fitofisionomia de Floresta Estacional Semidecidual em estágio médio de regeneração.

4. INTERVENÇÃO AMBIENTAL REQUERIDA

Trata-se de solicitação para supressão da cobertura vegetal nativa com destoca em uma área de 0,2336 ha, com o objetivo de construção de via de acesso e benfeitorias. Foi informado que o material lenhoso oriundo da intervenção será utilizado no próprio imóvel ou empreendimento e/ou comercializado *in natura*.

Taxa de Expediente:

Para a solicitação para supressão da cobertura vegetal nativa com destoca em uma área de 0,2336 ha é devida Taxa de Expediente no valor de R\$ 659,96.

Foi apresentado DAE de Taxa de Expediente, no valor de R\$ 659,96 (102680942), pago em 09/07/2024.

Taxa Florestal:

Foi estimado o rendimento de 9,362 m³ de lenha de floresta nativa.

Foi apresentado DAE de Taxa Florestal (102680945) no valor de R\$ 69,20, referente a 9,362 m³ de lenha de floresta nativa, pago em 09/07/2024;

Número do recibo do projeto cadastrado no Sinaflor: 23131368

4.1 Das eventuais restrições ambientais:

- **Vulnerabilidade natural:** alta e média;
- **Relevância regional da fitofisionomia Floresta Estacional Semidecidual:** muito alta, alta e baixa;
- **Prioridade para conservação da flora:** muito baixa;
- **Prioridade para conservação conforme o mapa de áreas prioritárias da Biodiversitas:** não ocorre;
- **Unidade de conservação:** não ocorre;
- **Áreas indígenas ou quilombolas:** não ocorre;
- **Potencialidade de ocorrência de cavidades:** baixo;
- **Integridade ponderada da flora:** alta, muito alta, baixa e muito baixa;
- **Integridade da fauna:** alta.

4.2 Características socioeconômicas e licenciamento do imóvel:

- **Atividades desenvolvidas:** não se aplica (atividade não listada)
- **Classe do empreendimento:** Dispensa
- **Critério locacional:** 1
- **Modalidade de licenciamento:** Não passível

4.3 Vistoria realizada:

Transcrição do Relatório de Vistoria (108518858).

Requerente: SEBASTIÃO MIAMOTO

Local: TABUÕES, município de ITAÚNA.

Documento assinado por: Vinicius Nascimento Ambiental (Gestor Ambiental responsável pela vistoria ao empreendimento); Lucas Vilaça (Consultor Ambiental).

Data da vistoria: 25/02/2025

Da vistoria:

Trata-se de solicitação de supressão de vegetação nativa.

Durante a vistoria foi informado e/ou observado:

- O imóvel é todo coberto por vegetação nativa, apresentando pelo menos 02 estratos;
- Foi realizado um inventário florestal, sendo lançadas 06 parcelas. Foram vistoriadas as parcelas 3, 4, 5 e 6;
- Na região das parcelas 3, 4, 5 e 6 a vegetação está mais preservada, porém com locais em que a presença de indivíduos com maior diâmetro e altura tem maior ou menor incidência;
 - * Na proximidade das parcelas 5 e 6 ocorrem maior adensamento de árvores com altura superior a 7 metros e diâmetro superior a 12cm;
 - * Na proximidade das parcelas 3 e 4 ocorre menor adensamento de grandes árvores;
- Não foi possível localizar as parcelas 1 e 2. Contudo, o local é caracterizado por vegetação arbustiva, poucos indivíduos arbóreos e por apresentar características de Floresta Estacional Semidecidual em estágio inicial de regeneração;

4.3.1. Características Físicas:

- **Topografia:** suave ondulado a ondulado à medida que se afasta da barragem.
- **Solo:** o PIA anexo ao processo informa que na região predominam os solos classificados como Cambissolos, Argissolo e Neossolo Litólico.
- **Hidrografia:** o imóvel localiza-se na margem da Barragem do Benfica, Sub-Bacia do Rio São João, Bacia Federal do Rio São Francisco.

4.3.2. Características biológicas:

- **Vegetação:** o imóvel está localizado nos domínios do Mata Atlântica, apresentando vegetação com características de Floresta Estacional Semidecidual (FESD) em diferentes estágios de regeneração.

5. ANÁLISE TÉCNICA

Conforme já exposto neste parecer técnico, trata-se de solicitação para supressão da cobertura vegetal

nativa com destoca em uma área de 0,2336 ha, com o objetivo de construção de via de acesso e benfeitorias.

Foi realizado um inventário florestal sobre a área de intervenção, sendo lançadas 06 parcelas de 100 m² (10 x 10 metros), seguindo o padrão da amostragem casual estratificada, definindo-se um estrato com 0,0887 ha, um estrato com 0,0346 ha e outro estrato com 0,0462 ha. Foram amostrados 116 indivíduos, sendo encontradas 38 espécies diferentes, divididas em 17 famílias. A diversidade geral expressa como índice de Shannon Weaver igual a 3,19.

O PIA classifica os três estratos como:

- Estrato com 0,0887 ha, FESD em estágio inicial de regeneração, localizado às margens da barragem;
- Estrato com 0,0346 ha, FESD em estágio inicial a médio de regeneração, localizado entre os outros dois estratos (Estrato com 0,0887 ha e Estrato com 0,0462 ha);
- Estrato com 0,0462 ha, FESD em estágio médio de regeneração, localizado entre o Estrato com 0,0346 ha e a via de acesso ao imóvel.

Neste sentido, considerado o que foi observado durante a vistoria ao empreendimento e ao que é informado no inventário florestal, considerando o acesso às áreas de intervenção a partir da estrada municipal, o fragmento classificado como FESD em estágio inicial de regeneração apenas é alcançável através da passagem pelo fragmento classificado como FESD em estágio médio de regeneração.

Logo, mesmo que seja emitida uma autorização parcial para a supressão da vegetação, abarcando apenas o fragmento classificado como estágio inicial de regeneração, para que se realize esta supressão parcial será necessário que, primeiramente, se realize intervenção sobre a área com vegetação classificada como de estágio médio de regeneração.

Diante do exposto, é preciso observar o disposto nos incisos I e III do artigo 23 da Lei Federal nº 11.428/2006:

“Artigo 23º O corte, a supressão e a exploração da vegetação secundária em estágio médio de regeneração do Bioma Mata Atlântica somente serão autorizados:

I - em caráter excepcional, quando necessários à execução de obras, atividades ou projetos de utilidade pública ou de interesse social, pesquisa científica e práticas preservacionistas;

III - quando necessários ao pequeno produtor rural e populações tradicionais para o exercício de atividades ou usos agrícolas, pecuários ou silviculturais imprescindíveis à sua subsistência e de sua família, ressalvadas as áreas de preservação permanente e, quando for o caso, após averbação da reserva legal, nos termos da Lei nº 4.771, de 15 de setembro de 1965;”

Considerando que, conforme a legislação, o requerente não se enquadra como pequeno produtor rural e populações tradicionais para o exercício de atividades ou usos agrícolas, pecuários ou silviculturais imprescindíveis à sua subsistência e de sua família; e considerando que o empreendimento não se trata de execução de obras, atividades ou projetos de utilidade pública ou de interesse social, pesquisa científica e práticas preservacionistas; Este parecer entende ser não passível de deferimento a solicitação para supressão com destoca da vegetação nativa em área 0,2336 ha.

Destacamos que esta solicitação já foi realizada através do Processo nº 2100.01.0059749/2022-90, sendo emitido o indeferimento da solicitação em 27/11/2023.

6. CONTROLE PROCESSUAL

I) Relatório:

1 - Dispõe o presente parecer sobre a análise jurídica do requerimento de intervenção ambiental (DAIA) protocolizado por **SEBASTIÃO MIAMOTO**, conforme documentação dos autos, para **supressão de cobertura vegetal nativa com destoca em 0,2336ha** no imóvel denominado Tabuões, localizado no município de Itaúna-MG, de matrícula nº 55446, do CRI de Itaúna/MG.

2 – A propriedade possui área total de 3,5061ha. Foi informada área total de 3,5061 ha, sendo: 0,0085 ha de área consolidada; 0,1069 ha de APP; 3,3886 ha de vegetação nativa remanescente; 0,0449 ha de área de servidão administrativa; e 0,5363 ha de área de Reserva Legal. Verificou-se que as informações prestadas CAR correspondem totalmente com as constatações feitas durante a análise do processo e a vistoria técnica realizada ao imóvel. Contudo, orientamos a alteração da localização da Reserva Legal proposta no CAR. A reserva legal foi indicada em local em que a vegetação está em processo de regeneração em detrimento de local com vegetação preservada com fitofisionomia de Floresta Estacional Semidecidual em estágio médio de regeneração.

3 - A intervenção ambiental requerida seria para supressão da cobertura vegetal nativa com destoca em uma área de 0,2336 ha, no imóvel Tabuões, município de Itaúna/MG, com o objetivo de construção de via de acesso e benfeitorias. Foi informado no requerimento de intervenção ambiental que a atividade desenvolvida no empreendimento é “atividade não listada” e nos moldes da DN COPAM 217/17 enquadra-se como não passível de licenciamento ambiental.

4 - O processo foi instruído com a documentação necessária à análise jurídica, como matrícula, PIA, mapa, taxas e comprovantes e demais documentos pertinentes, os quais encontram-se anexados aos autos.

II) Análise Jurídica:

5 - De acordo com as informações prestadas no Parecer Técnico o requerimento de intervenção **não é passível de autorização**, uma vez que não está de acordo com as legislações ambientais vigentes.

Nota-se que a área requerida está inserida no bioma mata atlântica em estágio médio de regeneração, e não está localizada em área prioritária da biodiversidade e com vulnerabilidade natural baixa a média conforme consulta no IDE Sisema.

O imóvel Tabuões, localizado no município de Itaúna, encontra-se no domínio do Bioma Mata Atlântica e possui fragmentos de vegetação em diferentes estágios de regeneração. A solicitação analisada refere-se à supressão de 0,2336 ha de cobertura vegetal nativa com destoca para a construção de via de acesso e benfeitorias. O inventário florestal identificou três estratos distintos: um em estágio inicial de regeneração (0,0887 ha), outro em estágio inicial a médio (0,0346 ha) e um terceiro em estágio médio (0,0462 ha). A legislação vigente estabelece critérios rigorosos para a supressão de vegetação secundária em estágio médio de regeneração, permitindo-a apenas em casos excepcionais, como utilidade pública ou subsistência de pequenos produtores rurais.

Dado que a área em estágio inicial de regeneração só pode ser acessada passando pelo fragmento em estágio médio, qualquer supressão parcial exigiria intervenção em vegetação protegida pela Lei Federal nº 11.428/2006. Como o empreendimento não se enquadra nas exceções legais para a remoção de vegetação secundária em estágio médio de regeneração, a solicitação não atende aos requisitos legais e, portanto, não pode ser deferida.

6 - Diante da obrigatoriedade de se obter a DAIA, conforme preceito normativo do Decreto Estadual nº. 47.749/2019 em seu art. 3º, entende-se por intervenção ambiental: **a) supressão de cobertura vegetal nativa, para uso alternativo do solo; b) intervenção, com ou sem supressão de cobertura vegetal nativa, em Áreas de Preservação Permanente – APP; c) supressão de sub-bosque nativo, em áreas com florestas plantadas; d) manejo sustentável; e) destoca em área remanescente de supressão de vegetação nativa; f) corte ou aproveitamento de árvores isoladas nativas vivas; g) aproveitamento de**

material lenhoso.

7 - Considerando que após análise da área requerida para supressão está localizada em bioma mata atlântica e em conjunto com a Resolução CONAMA nº. 392/2007 constatou-se a presença de espécies características de estágio médio de regeneração.

8 – Com fulcro na Lei Federal supramencionada, que dispõe sobre a utilização e proteção da vegetação nativa do Bioma Mata Atlântica, encontra-se respaldado este parecer jurídico, pois, a atividade do empreendedor não se enquadra como de utilidade pública ou interesse social, pesquisas científicas e práticas preservacionistas e a área a ser intervinda se trata de vegetação secundária em estágio médio de regeneração, portanto, sendo-lhe **vedada a supressão**. Vejamos:

(...)

Art. 23. O corte, a supressão e a exploração da vegetação secundária em estágio médio de regeneração do Bioma Mata Atlântica somente serão autorizados:

I - em caráter excepcional, quando necessários à execução de obras, atividades ou projetos de utilidade pública ou de interesse social, pesquisa científica e práticas preservacionistas;

II - (VETADO)

III - quando necessários ao pequeno produtor rural e populações tradicionais para o exercício de atividades ou usos agrícolas, pecuários ou silviculturais imprescindíveis à sua subsistência e de sua família, ressalvadas as áreas de preservação permanente e, quando for o caso, após averbação da reserva legal, nos termos da Lei nº 4.771, de 15 de setembro de 1965;

IV - nos casos previstos nos §§ 1º e 2º do art. 31 desta Lei.

9 - Importante destacar que, de acordo com o que determina o art. 38, parágrafo único, inciso I do Decreto Estadual nº 47.892/2020, o presente processo deverá ser submetido à deliberação e decisão do Supervisor Regional do IEF.

III) Conclusão:

10 – Ante ao exposto, considerando as informações prestadas no parecer técnico acostado aos autos, e em observância da legislação vigente, este Núcleo de Controle Processual da URFBIO Triângulo, do ponto de vista jurídico, opina pelo **indeferimento** do requerimento de **supressão de cobertura vegetal nativa com destoca em 0,5831ha**, e, de acordo com determina o art. 42º, parágrafo único, inciso I do Decreto Estadual nº 47.344/2018, o presente processo deverá ser submetido à deliberação e decisão do Supervisor Regional do IEF.

Observação: Fica registrado que o presente Parecer restringiu-se a análise jurídica do requerimento de supressão de cobertura vegetal nativa com destoca através das informações prestadas no Parecer Técnico. Assim, o Núcleo de Controle Processual da URFBIO Triângulo, não possui responsabilidade sobre a análise técnica realizada, bem como a responsabilidade sobre os projetos e programas apresentados nos autos, sendo a execução, operação, comprovação de eficiência e/ou gerenciamento dos mesmos, de inteira responsabilidade do empreendedor, seu projetista e/ou prepostos.

É o parecer, s.m.j.

7. CONCLUSÃO

Após análise técnica e controle processual das informações apresentadas, e, considerando a legislação vigente, opinamos pelo INDEFERIMENTO do requerimento de supressão de cobertura vegetal nativa, para uso alternativo do solo, localizada na propriedade Tabuões, município de Itaúna.

8. MEDIDAS COMPENSATÓRIAS

9. REPOSIÇÃO FLORESTAL

10. CONDICIONANTES

Condicionantes da Autorização para Intervenção Ambiental

Item	Descrição da Condicionante	Prazo*
1		
2		
3		
4		
...		

** Salvo especificações, os prazos são contados a par tir da data de concessão da Autorização para Intervenção Ambiental.*

INSTÂNCIA DECISÓRIA

() COPAM / URC (X) SUPERVISÃO REGIONAL

RESPONSÁVEL PELO PARECER TÉCNICO

Nome: VINICIUS NASCIMENTO CONRADO

MA SP: 1.132.723-6

RESPONSÁVEL PELO PARECER JURÍDICO

Nome: Luiz Alberto de Freitas Filho

MA SP: 1.364.254-1



Documento assinado eletronicamente por **Luiz Alberto de Freitas Filho, Servidor (a) Público (a)**, em 25/03/2025, às 10:43, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **Vinicius Nascimento Conrado, Servidor Público**, em 25/03/2025, às 14:34, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.mg.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **108562015** e o código CRC **A0B2EA07**.

Referência: Processo nº 2100.01.0044926/2024-83

SEI nº 108562015